

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.479.456 - GO (2019/0091790-8)

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
AGRAVANTE : I L P
AGRAVADO : S L D P
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por I. L. P. contra decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, ataca acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Goiás assim ementado:

"Apelação Cível. Ação de divórcio litigioso. Regime de comunhão parcial de bens. Lote residencial doado por programa de habitação do Poder Público Municipal. Comunicabilidade. I - O regime da comunhão parcial de bens conduz à comunicabilidade dos bens adquiridos onerosamente na constância do casamento, ficando excluídos da comunhão aqueles que cada cônjuge possuía ao tempo do enlace, ou os que lhe sobrevierem na constância dele por doação, sucessão ou sub-rogação de bens particulares. II - Evidenciada na hipótese a comunicabilidade do imóvel em debate, pois, em que pese o autor ter ocupado o imóvel antes da celebração do casamento, o bem foi doado em prol da entidade familiar, devendo, portanto, ser partilhado na proporção de 50% para cada litigante. Ademais, na certidão de matrícula do imóvel e na Escritura Pública de Doação constam os nomes de ambos os litigantes. Apelação Cível conhecida e desprovida" (e-STJ fl. 168).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 182/189).

No especial (e-STJ fls. 198/206), o recorrente alega violação dos artigos 1.659, I e 1.651 do Código Civil. Sustenta que

"(...) ainda que a escritura pública de doação tenha se formalizado na constância do casamento, referido documento não pode contemplar a Recorrida, pois, novamente, deve-se frisar que a escritura pública apenas regulamentou o termo de autorização provisória para ocupação do imóvel cedido pela própria Prefeitura ao Recorrente, ocorrido em 29 de junho de 2010, data anterior a celebração do casamento" (e-STJ fls 203/204).

E arremata, afirmando que, *"no regime de comunhão parcial de bens, não se presume que o bem recebido em doação por um dos cônjuges se comunica para fins de meação, quando de fato o instrumento contratual expressamente beneficia apenas um donatário, a parte ora Recorrente."* (e-STJ FL. 205).

Oferecidas as contrarrazões, o recurso não foi admitido na origem.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

Verifica-se que todas as conclusões da Corte de origem resultaram da estrita análise das provas carreadas aos autos e das circunstâncias fáticas que permearam a demanda.

É o que se extrai da leitura do voto condutor do julgado ora hostilizado, merecendo destaque o seguinte trecho de sua fundamentação:

""(...) *Infere-se dos autos que os litigantes se casaram em 15/07/2011, conforme atesta a Certidão de Casamento acostada ao processo digitalizado no evento n. 03 - arquivo 04, sob o regime de comunhão parcial de bens.*

Assim, a partilha de bens do casal deve seguir os parâmetros estabelecidos pelos artigos 1.658 a 1.660 do novel Código Civil (...)
(...)

In casu, verifica-se dos autos que o imóvel vindicado pelo autor/apelante é fruto de doação realizada pelo Município de Goiânia, durante a constância do matrimônio, aos litigantes, conforme infere-se da Certidão de Matrícula do imóvel expedida pelo Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Goiânia (evento nº 03, arquivo 02) e da Escritura Pública de Doação (evento nº 03, arquivo 39), nas quais constam o nome de ambos.

Assim, o imóvel sub judice é fruto de doação de programa habitacional do Município de Goiânia, que possui o intuito de beneficiar a entidade familiar e não apenas um de seus integrantes.

Dessa forma, conclui-se que ambos os litigantes foram beneficiários da doação realizada, não sendo razoável negar o direito da autora/apelada à meação.

Destarte, é irrelevante o fato de o autor ter ocupado o imóvel antes da celebração do casamento, vez que doado para beneficiar a entidade familiar e não exclusivamente o requerido/apelante. Assim sendo, deve ser referido imóvel incluído da partilha em questão" (e-STJ fls. 162/164-grifou-se).

Rever tais conclusões demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula nº 7/STJ: “a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

Nesse sentido, confirmam-se o Aresp nº 375.705/GO, Relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, DJ de 3/6/2016 e o Aresp nº 1.502.469/DF, Relator Ministro Raul Araújo, DJ de 30/8/2019.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Deixa-se de majorar os honorários recursais, tendo em vista que já foram fixados no patamar máximo legal, previsto no art. 85, § 2º, do CPC/2015 não forma fixados

Superior Tribunal de Justiça

na origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 30 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

